

Sumário

Número de notícias: 22 | Número de veículos: 13

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

A quem interessa não tributar dividendos? (Artigo)..... 3

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Governo exclui taxa de portos e reduz o Imposto de Importação..... 5

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - GERAIS
SEGURIDADE SOCIAL

A fome dispara no Brasil e atinge 33 milhões de pessoas..... 6

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
SERVIDOR PÚBLICO

Procuradoria diz que AGU contraria interesse público ao defender Bolsonaro e Wal do Açaí
..... 9

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SERVIDOR PÚBLICO

Representantes de servidores criticam recuo do presidente..... 10

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL
SERVIDOR PÚBLICO

Entidade cita incerteza política e rebaixa previsão para a economia do Brasil..... 11

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Gasolina R\$ 1,65 mais barata, estima relator..... 12

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Pacote para tentar baixar preços de combustível prevê subsídio de R\$ 46 bi..... 14

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Reação do mercado pode anular efeito de medidas para baratear combustível..... 17

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Petrobras indica novo reajuste do diesel..... 19

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Com fixação de teto, ICMS pode cair à metade em alguns Estados..... 20

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Pacote dos combustíveis custará R\$ 46,4 bi à União..... 22

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Conta de luz pode cair 12% se houver teto para ICMS..... 23

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Tensão fiscal volta a derrubar ativos..... 24

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Tribunal analisa Selic para cobrança fiscal.....	25
CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO ECONOMIA	
Fome afeta 33 milhões (Editorial).....	26
CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO ECONOMIA	
As pequenas empresas como solução para o desenvolvimento do Brasil (Artigo).....	27
O ESTADO DE S. PAULO - INTERNACIONAL ECONOMIA	
Cúpula das Américas expõe relação distante entre Biden e América Latina.....	29
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
Fome atinge 33 milhões no Brasil, mesmo número do início dos anos 90, diz pesquisa	31
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
'Estadão' e FGV realizam 2º Seminário de Análise Conjuntural.....	32
VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA ECONOMIA	
LDO projeta cenário melhor, mas endividamento preocupa.....	33
VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL ECONOMIA	
OCDE vê crescimento menor e alta da pobreza e da fome.....	34

A quem interessa não tributar dividendos? (Artigo)

Manoel Pires, Rodrigo Orair e Sérgio Wulff Gobetti
Coordenador do Observatório de Política Fiscal do FGV Ibre (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas) e pesquisador da UnB (Universidade de Brasília) Pesquisador do Made/USP (Centro de Pesquisa em Macroeconomia das Desigualdades/Universidade de São Paulo) Pesquisador e doutor em economia pela UnB

Em recente artigo nesta Folha ("Tributação de dividendos é má ideia", 31/5), três ex-secretários da **Receita Federal** criticam o fim da isenção do Imposto de Renda sobre dividendos, lançando no ar uma pergunta: "Enfim, a quem interessa essa má ideia?" Além de provocativo, o texto chama a atenção por não fazer qualquer menção à relação entre tributação e distribuição de renda. Como se essa discussão no Brasil, um país de extrema desigualdade, pudesse passar alheia ao movimento mundial de resgate da progressividade tributária, princípio segundo o qual a renda dos ricos deve ser mais tributada que a dos pobres. Esse movimento ganhou ainda mais vigor desde a Covid-19, quando mais países passaram a adotar ações para eliminar as distorções criadas por benefícios tributários e brechas que permitem aos muito ricos escaparem do pagamento de imposto.

Partindo do pressuposto de que o resgate da progressividade (e equidade) é central, faz mais sentido refazer a pergunta inicial: a quem interessa não tributar os dividendos?

Em 2015, após duas décadas de apagão estatístico, a **Receita Federal** voltou a divulgar dados detalhados do Imposto de Renda. Os dados são reveladores. Os rendimentos isentos, principalmente os dividendos, são tão concentrados no topo da pirâmide social que chegam a representar quase dois terços do que ganha o 0,1% mais rico. No ano de 2019, por exemplo, um brasileiro auferiu a renda de R\$ 1,4 bilhão, dos quais R\$ 1,3 bilhão em dividendos livres de imposto.

Pode-se argumentar que a conta deve considerar o imposto já pago sobre o lucro da empresa. Mas é preciso cuidado para não confundir as alíquotas nominais do imposto com suas alíquotas efetivas. No papel, a alíquota de até 34% do IRPJ/CSLL está entre as mais altas do mundo, mas na prática a alíquota média se situa próxima de 23% devido a benefícios fiscais e brechas para planejamento tributário.

As evidências internacionais também mostram que, quando a tributação incide sobre lucros da empresa, há mais chance de ser repassada para consumidores ou trabalhadores, via aumento de preços ou redução de salários. Quando a tributação se dá diretamente sobre dividendos, ao contrário, há mais chance de sair do bolso do acionista. Não se deve confundir incidência jurídica com econômica. Tudo indica que a carga efetiva sobre lucros fique, em média, abaixo dos 23% no Brasil porque é mais fácil para a empresa repassar o imposto para terceiros.

Outra descoberta das pesquisas recentes é que, ao contrário do que os ex-secretários supõem, a retenção de lucros pelas empresas -induzida pela tributação dos dividendos- aumenta a poupança das mesmas e tende a gerar mais investimento e crescimento econômico do que no modelo com isenção.

Por fim, existe um imperativo colocado pela concorrência internacional que tem estimulado os países a aumentar a tributação sobre a pessoa dos acionistas como forma de compensar a redução parcial do imposto sobre o lucro das empresas transnacionais e, assim, evitar o seu deslocamento para paraísos fiscais.

Logo, por diversas razões, vemos a retomada da tributação dos dividendos e a simultânea redução do IRPJ/CSLL como uma boa ideia. A má ideia é insistir na aprovação do projeto de lei 2.337, que passou pela Câmara e está no Senado. Embora preveja a volta da tributação dos dividendos, ele cria exceções que podem agravar as distorções atuais. Como no caso da previsão de que sócios de empresas com faturamento até R\$ 4,8 milhões anuais continuem livres de imposto sobre dividendos e ainda se beneficiem de um IRPJ/CSLL menor.

Hoje, um economista, médico ou advogado de alta renda que crie uma empresa paga entre 6% e 17% de imposto. Se estivesse prestando serviço como empregado estaria submetido a 27,5% do IRPF mais contribuição previdenciária. Com a aprovação do PL 2.337, essa diferença pode aumentar em vez de reduzir, tornando nosso sistema ainda mais injusto, por tratar os semelhantes de forma desigual. Portanto, o melhor debate não é sobre se devemos ou não tributar dividendos, mas sobre como fazê-lo.

[...] Evidências internacionais mostram que, quando a tributação incide sobre lucros da empresa, há mais chance de ser repassada para consumidores ou trabalhadores, via aumento de preços ou redução de salários.

Quando a tributação se dá diretamente sobre dividendos, ao contrário, há mais chance de sair do bolso do acionista

Manoel Pires, Rodrigo Orair e Sérgio Wulff Gobetti"
Coordenador do Observatório de Política Fiscal do FGV Ibre (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas) e pesquisador da UnB (Universidade de Brasília) Pesquisador do Made/USP (Centro de Pesquisa em Macroeconomia das Desigualdades/Universidade de São Paulo) Pesquisador e doutor em economia pela UnB

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=499>

37

Governo exclui taxa de portos e reduz o Imposto de Importação

O presidente Jair Bolsonaro excluiu o custo da capatazia em território nacional da base de cálculo do Imposto de Importação.

Segundo o Ministério da Economia, autor da norma, essa exclusão permitirá a redução de custos de importação, "promovendo uma abertura comercial transversal da economia, com impactos positivos na competitividade e na integração do País aos fluxos globais de comércio". A medida, antecipada pelo Estadão no fim de maio, foi publicada ontem no Diário Oficial da União.

A medida representa, na prática, redução de 10% do Imposto de Importação, segundo apurou o Estadão. É o equivalente a uma queda de cerca de 1,5 ponto percentual da tarifa de importação, que em média é de 11,6% no Brasil.

Diferentemente dos seus pares no Mercosul, o Brasil cobrava todos os **impostos** e taxas de importação incluindo no seu cálculo a taxa de capatazia.

O governo vai agora tirar esse custo, que no Brasil é elevado.

A taxa de capatazia é cobrada sobre as atividades da movimentação de uma mercadoria do navio até a passagem pela alfândega. Este processo ocorre após a verificação da **Receita Federal**. A taxa é composta pelas atividades realizadas no processo: descarregamento do navio, recebimento, conferência, transporte, abertura, manipulação, organização, entrega e carregamento nos meios de transporte utilizados.

O decreto publicado ontem altera outro, de fevereiro de 2009, e, de acordo com o governo, "está em harmonia com os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil junto aos parceiros do Mercosul e à Organização Mundial do Comércio (OMC)".

A secretária especial de Produtividade e Competitividade do Ministério da Economia, Daniella Marques, diz em nota publicada no site da pasta que o decreto, ao reduzir os custos de importação de forma generalizada, "promove uma melhor alocação de recursos pelo setor produtivo".

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

A fome dispara no Brasil e atinge 33 milhões de pessoas



Desempregada, Cláudia Alves precisa pedir ajuda e admite que deixa de se alimentar para dar aos dois filhos

FOTOS TÍLIO COSTA/EM/D.A PRESS



Dona de Casa, Clélia Martins revela que a comida diminuiu muito, mas não falta graças à ajuda que ela, os filhos e o genro recebem



Distribuição de gás na Barragem Santa Lúcia: ajuda para cozinhar a comida nas casas da região

Mariana Costa e Ana Laura Queiroz

"É muito triste, muito sofrimento, já pensei até em morrer. Veros meninos precisando das coisas, pedindo e a gente não ter para dar." O relato emocionado é de Cláudia Alves, de 33 anos, moradora da Barragem Santa Lúcia, Região Centro-Sul de BH. Ela vive com os dois filhos em uma pequena casa alugada na comunidade e está desempregada. A dona de casa Clélia Martins, de 52, também moradora da Barragem Santa Lúcia, é outra que depende de cestas básicas para conseguir alimentar a família. Ela vive com o filho, a filha e o genro, e a renda da casa vem apenas da sua aposentadoria.

As duas estão entre os 58,7% da população brasileira que vive com algum grau de insegurança alimentar. Isto representa 125,2 milhões de pessoas. Após dois anos de pandemia, o número de brasileiros sem ter o que comer quase dobrou no país. Atualmente, 33,1 milhões de pessoas convivem com a fome, 14 milhões a mais que no fim de 2020. Os números são do Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil.

O levantamento analisou dados entre novembro de 2021 e abril de 2022, a partir de entrevistas em 12.745 domicílios em áreas urbanas e rurais de 577 municípios. A Segurança Alimentar e a Insegurança Alimentar foram medidas pela Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (Ebia). Atualmente, os dados indicam o avanço preocupante da fome no país. Em contexto de pandemia, piora na crise econômica e com a falta de políticas públicas efetivas direcionadas, o número de domicílios com moradores passando fome saltou de 9% para 15,5%.

Para o professor do departamento de Sociologia da

UFMG, Jorge Alexandre Barbosa Neves, apesar da pandemia e da crise econômica, a fome já era uma realidade preocupante para o país. "O Brasil entra em uma recessão em 2015 e 2016. A partir daí entrou em uma depressão econômica da qual nunca mais saiu, além da questão social que está muito associada à destruição do mercado de trabalho. O que estamos vendo hoje não é consequência só da pandemia, é resultado das políticas públicas."

Ele destaca que os danos causados pela fome se estendem para outras áreas da sociedade. "Ela reduz a produtividade de trabalho no presente porque quem vive em insegurança alimentar precisa pensar o tempo inteiro em como arrumar comida. E no futuro, porque é um desinvestimento de capital humano. Crianças nessa situação não têm um desenvolvimento cognitivo adequado e, logo, não terão uma produtividade adequada quando crescerem."

INSEGURANÇA ALIMENTAR Mais da metade da população do país vive com algum grau de insegurança alimentar (58,7%). De acordo com a pesquisa, 15,5% vivem com insegurança alimentar grave; 15,2% com insegurança moderada e 28%, leve. Os números indicam um aumento de 7,2% com relação a2020. Conforme definição da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), a insegurança alimentar ocorre quando um indivíduo não tem acesso físico, econômico e social a alimentos básicos necessários. A fome representa sua forma mais grave. "Ao olhar para a fome, é importante lembrar que cada número absoluto representa a vida de uma pessoa. E que mudanças em percentuais de insegurança alimentar -ainda que pareçam pequenas - significam milhões de pessoas convivendo cotidianamente com a fome", descreve o Inquérito.

Esse é o caso de Cláudia. Ela conta que já passou fome diversas vezes. Não sabe nem por quanto tempo ficou sem ter comida para alimentar os filhos. "Eu tinha que ir pra rua pedir ajuda. Chegou uma vez que eu estava em uma crise, que só Deus." Como não tem família morando em BH, a situação já se agravou várias vezes. "Sou só eu e meus filhos, já fiquei de cama e eles sem alimentação. Tinham que ficar pedindo ajuda para as pessoas."

Mesmo antes da pandemia, a alimentação da família vem das cestas básicas entregues pela associação comunitária local e de doações que Cláudia recebe. "Vai chegando no final do mês começa a apertar. Às vezes a gente fica na porta do supermercado e pede. Não é todo mundo que ajuda." Apesar de todas as dificuldades, Cláudia diz que não pode reclamar. "Tenho que agradecer a Deus. Por mais que venha a faltar (comida) e estamos sem condições, eu agradeço a Deus", diz ela emocionada.

Já Clélia afirma que, apesar das dificuldades, nunca chegou a faltar alimento em casa. "Quando está acabando, Deus sempre envia as coisas. Mas a quantidade de comida diminuiu. Não comemos verdura, carne não tem dinheiro pra comprar, até o ovo é difícil." Segundo ela, a situação piorou muito com a pandemia.

A alimentação da família se limita ao arroz com feijão e macarrão. Além disso, eles precisam do "vale-gás" distribuído pela associação para preparar os alimentos. A dona de casa conta que na comunidade muitas famílias também precisam dos mesmos auxílios para não passarem fome. "Se não fosse essa ajuda, não sei o que seria de nós. Estaríamos com fome. É muito difícil", desabafa.

Danusa Carvalho é fundadora da ONG A Rebelia, parceira da Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida em Minas Gerais e conta que o trabalho da entidade aumentou na pandemia. "Cada hora que fazemos o diagnóstico que a comida está faltando no prato do povo brasileiro, mais a gente trabalha." A distribuição das cestas básicas e dos "vales-gás" na comunidade são iniciativas da entidade, que nos últimos dois anos atuou em 78 municípios no estado. "Temos um critério muito grande para que estas cestas cheguem nas mãos de quem realmente está precisando.

RETRATO DA FOME

Em média, considerando todas as regiões do país, 3 em cada 10 famílias relatam redução parcial ou severa no consumo de alimentos. No Norte e Nordeste, são 4 em cada 10 famílias; Centro-Oeste e Sudeste, 3 em cada 10, e Sul, 2 em cada 10. As formas mais severas de insegurança alimentar (moderada ou grave) atingem fatias maiores da população nas regiões norte (45,2%) e nordeste (38,4%). No campo, a insegurança alimentar está presente em mais de 60% das casas. Desses, 18,6% das famílias convivem com a fome - valor maior que a média nacional. Nas casas em que a mulher é a pessoa de referência, a fome passou de 11,2% para 19,3%. Nos lares que têm homens como responsáveis, a fome passou de 7,0% para 11,9%. Em famílias com crianças menores de 10 anos, a fome dobrou, passando de 9,4% em 2020 para 18,1% em 2022. Na presença de três ou mais pessoas com até 18 anos de idade no grupo familiar, a fome atinge 25,7% dos lares.

População negra é a mais afetada

Mesmo quando os rendimentos mensais ficam acima de um salário mínimo por pessoa, a insegurança alimentar é maior nos domicílios onde a pessoa de

referência se autodeclara preta ou parda, diz o estudo. Cerca de 65% dos lares comandados por pessoas pretas e pardas convivem com restrição de alimentos. A fome, nas residências comandadas por pessoas de cor/raça preta ou parda saltou de 10,4% para 18,1%. Segundo o professor Jorge Neves, esses números só reforçam a desigualdade social do país.

Entre 2004 e 2013, políticas públicas de erradicação da pobreza e da miséria reduziram a fome para menos da metade do índice inicial: de 9,5% para 4,2% dos lares brasileiros. Em 2018, última estimativa nacional antes da pandemia da COVID-19, a insegurança alimentar já atingia 36,7% da população. Em comparação a 2022, o aumento chega a 60%.

Mesmo nos domicílios que recebem auxílio financeiro dos programas Bolsa Família e Auxílio Brasil, a fome é realidade para 32,7% das famílias que relatam recebimento dos benefícios e para 29,4% das que não recebem. Por outro lado, em domicílios com pelo menos um morador aposentado pelo **INSS**, a fome tem indicadores menores (11,9%).

Para o professor Jorge Neves, do departamento de Sociologia da UFMG o que o relatório mostra é que o Brasil retrocedeu 30 anos em relação ao combate à fome. "Retrocedemos três décadas na política de segurança alimentar no país. A diferença é que agora sabemos como resolver, o que falta é vontade política. Políticas de valorização da agricultura familiar, como o programa nacional de merenda escolar foram desmontados. Há uma incompetência de políticas públicas muito forte porque é barato combater a fome e a extrema pobreza, mas é preciso competência e boa vontade de fazer."

MINAS E BH TÊM MEDIDAS

Em Minas, segundo a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (Sedese), o governo executa projetos de apoio imediato aos municípios e investe em ações para assegurar a efetividade das políticas públicas voltadas à segurança alimentar e nutricional, em especial às famílias em situação de vulnerabilidade social. "O Estado atua com políticas públicas continuadas e em situações de emergência e calamidade pública. Durante a pandemia e as fortes chuvas que atingiram o estado no final de 2021, as principais ações se concentraram em programas de transferência de renda e apoio aos municípios para que fosse garantida a renda mínima à população e seguridade dos direitos sociais expressos na Constituição Federal, incluindo a alimentação."

Em Belo Horizonte, de acordo com a prefeitura, a identificação de famílias em situação de vulnerabilidade e a insegurança alimentar são medidas

pelos faixas de renda através do Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico). Assim, para definir os beneficiários, como para a oferta de cestas básicas, por exemplo, são consideradas, entre outros públicos, as famílias inscritas no programa e que tenham renda per capita familiar de até meio salário mínimo e/ou famílias acompanhadas por serviços socioassistenciais do Sistema Único de Assistência Social.

Em fevereiro de 2022, eram 96.093 famílias extremamente pobres cadastradas no CadÚnico e 18.280 famílias pobres, segundo a PBH. O órgão municipal lembra que Belo Horizonte foi uma das primeiras capitais a criar uma política ampla para garantia da segurança alimentar durante a pandemia. Foram 275 mil famílias beneficiadas mensalmente, com a distribuição de mais de 5,4 milhões de cestas básicas e 860 mil kits de higiene. A PBH destaca que o município tem diversas políticas voltadas para esta população, que atendem 2.100 famílias, como a Assistência Alimentar às unidades socioassistenciais e de cidadania; Programa de Assistência Alimentar e Nutricional (Paan), os restaurantes populares e o banco de alimentos.

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/09/06/2022/p1>

Procuradoria diz que AGU contraria interesse público ao defender Bolsonaro e Wal do Açaí

A Procuradoria da República no Distrito Federal abriu investigação preliminar para apurar se há desvio de finalidade na atuação da Advocacia-Geral da União (AGU) para defender o presidente Jair Bolsonaro (PL) e a ex-secretária parlamentar Walderice Santos da Conceição, a Wal do Açaí, apontada como funcionária fantasma no gabinete dele quando era deputado federal. O órgão afirma que a atuação é "injustificável" e que "deveria a AGU estar atuando ao lado do MPF na busca da reparação dos danos causados ao erário", segundo nota enviada à Justiça Federal. De acordo com a AGU, uma norma de 1995 aponta que a defesa de **servidores públicos** é sua atribuição. Bolsonaro e sua ex-secretária parlamentar são alvo de uma ação de improbidade administrativa que pede a devolução de R\$ 280 mil. O valor corresponde aos salários pagos a Wal de 2003 a 2018.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Representantes de servidores criticam recuo do presidente

Larissa Garcia De Brasília

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187240?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187240?page=1§ion=1

Entidade cita incerteza política e rebaixa previsão para a economia do Brasil

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187240?page=18§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187240?page=18§ion=1

Gasolina R\$ 1,65 mais barata, estima relator



Governadores mostraram preocupação com o parecer do Projeto de Lei Complementar (PLP 18/2022), relatado pelo senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), que estipula teto de 17% para o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) incidente nos combustíveis e na energia elétrica. O parlamentar apresentou linhas gerais do texto, ontem, e, apesar de acatar parcialmente pedidos feitos pelos gestores estaduais, manteve a espinha dorsal da matéria aprovada pela Câmara.

O relatório deve ser debatido hoje, e a expectativa de Bezerra é de que seja votado na segunda-feira.

A investida do governo para tentar reduzir o preço dos combustíveis deve custar, de largada, R\$ 46,4 bilhões aos cofres públicos para diminuir em R\$ 1,65 o litro da gasolina e em R\$ 0,76 o do óleo diesel. As estimativas de queda na bomba foram feitas por Bezerra.

Segundo o parlamentar, essas estimativas levam em consideração os efeitos do PLP, além das propostas de emenda à Constituição (PEC) anunciadas pelo presidente Jair Bolsonaro, que preveem uma compensação aos estados que zerarem a alíquota do ICMS sobre o diesel e o gás de cozinha.

O custo total do pacote foi estimado inicialmente em R\$ 46,4 bilhões, sendo R\$ 29,6 bilhões fora do teto de gastos, a regra que atrela o crescimento das despesas à **inflação**, caso o Congresso autorize. Os outros R\$ 16,8 bilhões são estimativas de renúncias do que o governo federal vai abrir mão de receitas ao zerar **tributos** federais sobre gasolina. Os valores podem subir com alterações feitas pelos parlamentares.

O teto para a equipe econômica é de R\$ 50 bilhões.

"Os governadores continuam com muitas críticas

sobre a efetividade, se vai dar os resultados que o governo federal acredita.

Eles entendem que vão ter redução de receita muito expressiva.

Os estados falam que vão perder R\$ 115 bilhões, e o governo federal, por meio da Secretaria do Tesouro, fala que as perdas são na ordem de R\$ 65 bilhões. Por isso, o governo e a Câmara acreditam que os estados podem suportar as perdas", disse o parlamentar.

Em reunião com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD- MG), um grupo de governadores chegou a pedir mudanças na compensação. Após o encontro, gestores reafirmaram que mexer no ICMS não resolverá a escalada de preços dos combustíveis. Enfatizaram, também, alguns estados não vão conseguir gerir as perdas arrecadatórias em setores como saúde, segurança e educação.

O governador da Bahia, Rui Costa (PT), frisou que a proposta põe "o paciente para tratar o médico" ao colocar o ICMS como responsável pela alta dos combustíveis, e não a Petrobras. Disse, ainda, que o texto retira recursos da saúde, da educação e da segurança para garantir altos lucros da estatal, das importadoras de petróleo e das distribuidoras.

"O ICMS sobre o óleo diesel está congelado desde novembro do ano passado, quando o combustível estava custando R\$ 4,90. Hoje, já está a R\$ 7. Essa diferença foi para o bolso de quem? O consumidor se beneficiou? Claro que não. Obviamente, todos querem a redução dos preços, mas o problema é escolher o caminho mais eficaz para esse objetivo. Esse caminho escolhido pelo governo não trará benefícios aos cidadãos", avaliou.

Governador de Mato Grosso, Mauro Mendes (PL) disse **temer** uma grave crise fiscal. Ele destacou que prefeituras e governos estaduais têm obras e serviços em andamento, contratados com base numa estimativa financeira, que não pode ser alterada de uma hora para a outra.

"Estamos pedindo ao Senado e à Câmara lucidez e sensatez para que o momento eleitoral não contamine o país, e não tomemos uma decisão precipitada.

Precisamos de medidas estruturantes pra conter a **inflação**, e não de medidas de oportunidade que soam

como música, mas não produzem resultados.

Ninguém garante que a redução do ICMS vai reduzir o preço na bomba", ressaltou.

PEC

Bezerra também é relator da PEC dos Combustíveis, anunciada pelo governo para auxílio financeiro da União aos estados até dezembro deste ano. A ajuda, segundo o parlamentar, ficará em R\$ 29,6 bilhões.

Para receber o auxílio, as unidades da Federação devem adotar pré-requisitos, que são zerar a alíquota do ICMS para o óleo diesel combustível, gás natural e o gás de cozinha e reduzir a 12% o etanol hidratado combustível.

Também são condições aos estados renunciarem a qualquer tipo de indenização em ações contra a União. (Com Agência Estado)

Pacote para tentar baixar preços de combustível prevê subsídio de R\$ 46 bi



O senador Fernando Bezerra (MDB-PE), que será o relator da PEC dos Combustíveis, ao lado do presidente da Casa, Rodrigo Pacheco. Antonio Meira/Fotoarena/Agência O Globo

Idiana Tomazelli Renato Machado

A ofensiva do presidente Jair Bolsonaro (PL) para combater a alta dos combustíveis deve custar R\$ 46,4 bilhões aos cofres da União, com a promessa de reduzir em R\$ 1,65 o preço do litro da gasolina e R\$ 0,76 o do diesel.

A estimativa foi apresentada pelo senador Fernando Bezerra (MDB-PE), relator de duas propostas que abrirão caminho para a execução do plano de Bolsonaro em ano eleitoral. O tema dos combustíveis é apontado por aliados do presidente como o principal obstáculo à sua reeleição -Bolsonaro aparece em segundo lugar nas pesquisas de intenção de voto.

Embora otimista, o parlamentar admitiu que parte do esforço pode ser em vão. "É uma tentativa. Se você me perguntar "vai dar certo?". Eu não sei, mas eu torço para dar certo", afirmou em entrevista coletiva nesta quarta-feira (8) para detalhar as medidas.

Governadores e secretários de Fazenda, críticos às iniciativas que buscam reduzir os **impostos** estaduais, têm alertado que a investida pode ser ineficaz em seu objetivo de proporcionar alívio aos consumidores. Eles afirmam que um eventual reajuste da Petrobras pode anular qualquer possível efeito da desoneração, deixando apenas o desfalque nos cofres dos estados.

Nas últimas semanas, tem crescido o temor dentro do governo e entre parlamentares de que a companhia anuncie um novo aumento no preço dos combustíveis. A defasagem em relação ao mercado internacional é de 16% no diesel e 17% na gasolina, segundo a Abicom (Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis).

O pacote de medidas inclui a PEC (Proposta de Emenda à Constituição) dos Combustíveis, que vai permitir um repasse de até R\$ 29,6 bilhões da União para subsidiar a redução de **impostos** estaduais até o

fim do ano, e o PLP (projeto de lei complementar) 18, que fixa um limite máximo para as alíquotas de ICMS sobre combustíveis, energia, telecomunicações e transportes.

Bezerra incluiu no texto do PLP a desoneração das alíquotas de PIS e Cofins, dois **tributos** federais, sobre gasolina e etanol até o fim de 2022. O governo também pretende cortar a Cide sobre gasolina. Esses subsídios, juntos, devem custar R\$ 16,8 bilhões no segundo semestre do ano.

As medidas custam mais do que todos os R\$ 25,3 bilhões que a União vai receber com a privatização da Eletrobras, a maior empresa de energia da América Latina.

O texto da PEC foi apresentado pelo novo líder do governo no Senado, Carlos Portinho (PL-RJ), e ainda precisa de assinaturas de apoio para avançar no Senado.

Os subsídios serão destinados aos estados que aceitarem zerar as alíquotas de ICMS sobre diesel e gás e cortar a cobrança sobre o etanol para 12%. Segundo Bezerra, os governadores não serão obrigados a aderir, mas apenas os participantes receberão os recursos. As medidas precisarão ser adotadas simultaneamente.

Os valores serão pagos em cinco parcelas mensais de R\$ 5,92 bilhões, de forma proporcional à participação dos estados e do Distrito Federal em relação à arrecadação total do ICMS em 2021 sobre os produtos alvo da medida.

O texto garante um repasse também proporcional aos municípios, assim como a vinculação dos recursos à base de cálculo do Fundeb, fundo que financia ações de educação básica.

O repasse será feito por meio de crédito extraordinário, que fica fora do teto de gastos. A despesa também não será contabilizada na meta de resultado primário, nem na chamada regra de ouro do Orçamento, que impede a emissão de dívida para bancar despesas correntes.

O valor do repasse é maior do que os R\$ 25,7 bilhões que vinham sendo contabilizados pelos técnicos do

governo federal.

Como mostrou a Folha, o Ministério da Economia vem monitorando com atenção os próximos passos do Congresso Nacional na discussão das propostas. O limite estipulado pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, para o conjunto das medidas é de um impacto de R\$ 50 bilhões.

Bezerra também apresentou os detalhes de seu parecer sobre o projeto de lei complementar que fixa um teto para a cobrança de ICMS sobre bens tidos como essenciais, como combustíveis, energia, transportes e telecomunicações.

Pela proposta, já aprovada na Câmara dos Deputados, os estados não podem aplicar sobre esses itens percentuais maiores que a alíquota modal, que fica entre 17% e 18%.

O senador se disse "otimista" quanto à possibilidade de ambos os textos serem apreciados na próxima segunda-feira (13). "O governo acredita que essas medidas poderão fazer com que a **inflação** brasileira seja menor que a americana depois de todos os anos da vida da história", disse. A **inflação** brasileira acumula alta de 12,13% em 12 meses até abril. Já o índice de preços ao consumidor nos Estados Unidos avançou 8,3% no mesmo período.

Em um revés para os governadores, que tentavam adiar para 2024 a redução estrutural das alíquotas de ICMS, Bezerra decidiu manter a espinha dorsal do projeto aprovado pela Câmara. "A decisão que vem dentro do meu relatório é pela eficácia imediata das [novas] alíquotas, conforme aprovado pela Câmara", disse.

Os estados apontam risco de um prejuízo de R\$ 115 bilhões na arrecadação. Na entrevista, Bezerra rebateu o argumento dos governadores e disse que, segundo cálculos do Tesouro, a queda na arrecadação deve ser de R\$ 65 bilhões.

O relator sinalizou apenas pequenas concessões aos governos estaduais. Ele modificou o gatilho a ser acionado quando a queda de arrecadação for maior que 5% para facilitar seu acionamento. Na Câmara, o mecanismo era aplicado levando em conta o total de receitas. No novo texto, a proposta é considerar apenas a queda na arrecadação com os itens alvos da mudança de alíquota.

Bezerra também disse que vai tornar a compensação mais imediata. Quando o gatilho for acionado, os estados que têm dívidas com a União poderão abater os valores das parcelas da dívida pagas mensalmente. Antes, a proposta era abater do estoque, sem garantia

de alívio imediato no caixa.

Outra alteração prevê a inclusão de mecanismos para compensar estados que tenham perdas maiores que 5%, mas não têm dívidas com a União. Eles receberão, em 2023, parte da fatia do governo federal na CFEM (Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais). O relator disse que cinco estados podem se enquadrar nessa situação, e o impacto será de até R\$ 3 bilhões.

Esse grupo também terá prioridade na obtenção de novos empréstimos junto a bancos e a outras instituições.

"Caso venha se confirmar um cenário de deterioração das contas públicas estaduais, [a proposta] tem um mecanismo de compensação efetivo, seguro, que garantirá a sustentabilidade das contas públicas", disse o relator.

Nos últimos dias, governadores e secretários de Fazenda intensificaram o corpo a corpo na tentativa de buscar um acordo menos desfavorável em torno do projeto que fixa um teto para a cobrança de ICMS. O Senado Federal costuma ser visto como uma Casa ligadas aos estados e sensível aos apelos dos governadores.

Na noite de terça-feira (7), cinco chefes de Executivos estaduais, entre eles Claudio Castro (PL), do Rio de Janeiro, e Romeu Zema (Novo), de Minas Gerais, além de um vice-governador e dez secretários estiveram com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG) e com o relator para pedir mudanças.

"Os estados deixaram claro que topam fazer o sacrifício, mas que esse sacrifício não pode inviabilizar política pública, saúde, educação, infraestrutura, enfim toda a política pública que é feita", afirmou Castro.

Na manhã desta quarta-feira (18), um novo grupo de seis governadores, incluindo Rodrigo Garcia (PSDB), de São Paulo, e Rui Costa (PT), da Bahia, além de seis secretários participaram de nova reunião, mas a iniciativa não surtiu efeito.

"Não sei se os governadores apoiam, mas os governadores ampliaram em muito a compreensão sobre a decisão que será tomada [pelos senadores]", afirmou Bezerra.

Site:

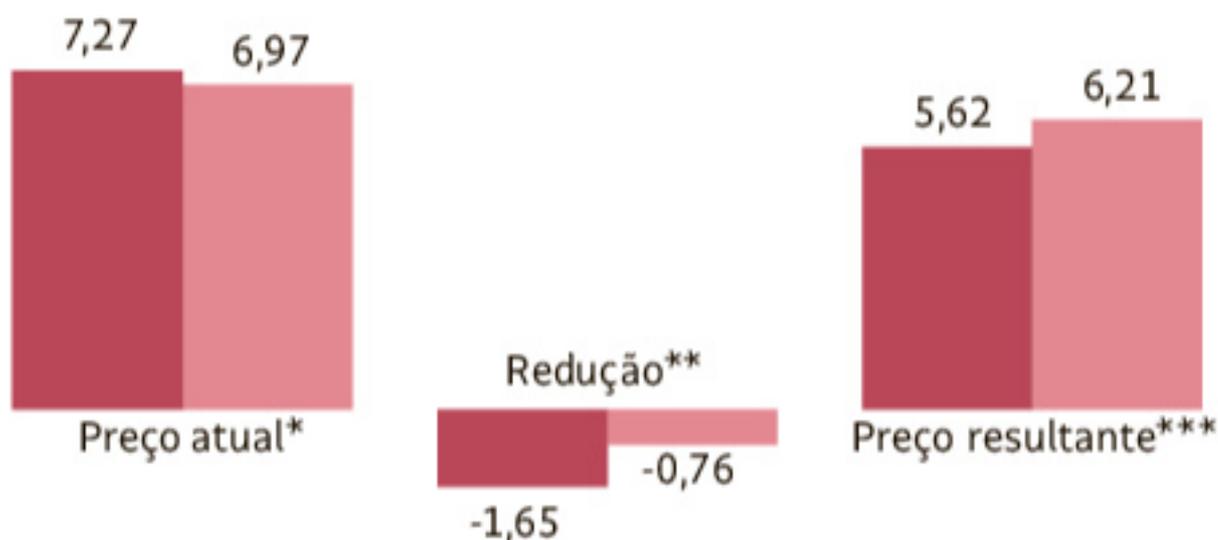
<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49937>

Redução prevista no preço de combustíveis com a PEC, segundo simulações

Em R\$ por por litro

■ Gasolina

■ Diesel



Até R\$ 50 bi é o custo do pacote para a União sendo **R\$ 29,6 bi** em compensações a estados e municípios pela redução de ICMS sobre diesel, gás natural, GLP e etanol

*Preço médio, segundo ANP **Estimativa fornecida pelo senador ***Usa como base valores médios atuais (mas preços de combustíveis variam também de acordo com variáveis como câmbio e cotação internacional do petróleo)

Fonte: Senador Fernando Bezerra

Reação do mercado pode anular efeito de medidas para baratear combustível

Eduardo Cucolo

As medidas anunciadas pelo governo federal para tentar baixar o preço dos combustíveis podem ser parcialmente anuladas pela reação negativa do mercado, que já se reflete no câmbio, nas taxas de juros e nas medidas de risco país.

A avaliação é que o governo federal está abrindo mão de um volume significativo de recursos para promover uma redução de preços temporária, que não chegará integralmente ao consumidor e que não privilegia os mais pobres.

Além disso, as propostas prejudicam as finanças dos estados, o que deve levar a uma judicialização da questão.

O presidente Jair Bolsonaro (PL) prometeu desonerar **tributos** federais sobre a gasolina e o etanol. Também anunciou que o governo vai ressarcir os estados que aceitarem zerar as alíquotas do ICMS sobre diesel e gás de cozinha até o fim do ano. O impacto das medidas é calculado em cerca de R\$ 50 bilhões. Parte do dinheiro deve vir da privatização da Eletrobras, afirma o governo.

Em reação ao pacote, o dólar avançou 1,41% na terça e 0,30% nesta quarta (8), cotado a R\$ 4,8890.

"A gente precisa ter um mínimo de planejamento para não queimar receita à toa, além de ter um efeito rebote: que o aumento da percepção de risco e incerteza acabe provocando mais **inflação**", afirma Juliana Damasceno, analista da Tendências Consultoria.

Para ela, não faz sentido abrir mão de receita para desonerar todos os consumidores, inclusive os de alta renda, sendo que esse dinheiro poderia ser direcionado aos mais pobres, por meio da ampliação dos beneficiários do Auxílio Brasil, de um aumento do vale-gás ou de uma política de voucher para caminhoneiros, taxistas e motoristas de aplicativo, por exemplo.

"A gente sabe o que acontece quando o governo controla preços. Há risco de desabastecimento, não dá para fazer isso de forma indefinida e a **inflação** volta com toda força, como aconteceu no governo Dilma."

O economista Marcos Mendes, pesquisador do Insuper e colunista da Folha, rebate os argumentos do governo de que há sobra de arrecadação para bancar as medidas e de que os mais pobres serão os mais beneficiados.

Também afirma que apenas países ricos têm usado volume significativo de recursos para bancar o aumento dos preços de combustíveis e energia.

"É uma alocação ruim de recurso público. Vai reduzir temporariamente o preço dos combustíveis, não vai mudar a dinâmica da **inflação**. Está longe de ser uma coisa para os mais pobres. E não estou vendo país de renda média fazer o que o Brasil está fazendo", afirma.

Ele diz que o aumento de arrecadação que será usado para bancar essas medidas é temporário e poderia ser melhor utilizado para subsidiar apenas os mais pobres ou reduzir a dívida pública, o que resultaria em juros menores. O mesmo se dá com os dividendos da Petrobras e o recurso da privatização da Eletrobras, que serão gastos com despesa corrente.

Mendes afirma ver também o risco de judicialização do valor a ser ressarcido aos estados, a exemplo do que já ocorreu no passado em relação à Lei Kandir.

O advogado Fernando Zilveti também espera uma judicialização e afirma que algumas propostas são inconstitucionais, pois cabe aos estados definir a alíquota do ICMS.

Uma disputa no Judiciário, no entanto, terá custos políticos tanto para os governadores como para o STF (Supremo Tribunal Federal), ao mesmo tempo em que trará dividendos para o presidente Jair Bolsonaro, avalia o tributarista.

"É um ato sem nenhum planejamento, nem jurídico nem fiscal. Há uma movimentação deliberada de tirar força dos estados. Você tem uma medida inconstitucional, que não para de pé no Supremo", afirma.

"Ele [Bolsonaro] está deixando tudo isso para judicializar e botar a conta no Supremo."

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=499>

37

Petrobras indica novo reajuste do diesel

ANDRÉ BORGES BRASÍLIA

A Petrobras sinalizou ontem novos reajustes dos combustíveis, em especial do óleo diesel.

Em uma nota com "esclarecimento da Petrobras sobre a prática de preços de mercado", a petroleira afirma que "não há fundamentos que indiquem a melhora do balanço global e o recuo estrutural das cotações internacionais de referência para o óleo diesel".

O **comunicado** foi divulgado dois dias depois de o presidente Jair Bolsonaro anunciar um pacote de medidas para tentar segurar os preços nas bombas, incluindo a isenção de **impostos** federais e o pagamento de ICMS zerado pelos Estados. As alterações estão em análise no Congresso.

Na avaliação da Petrobras, porém, o atual cenário mundial é de escassez e, como o Brasil é deficitário em produção de óleo diesel, tendo importado quase 30% da demanda total em 2021, o resultado é que "poderá haver maior impacto nos preços e no suprimento".

A estatal acrescenta que esse cenário se tornou ainda mais provável porque o consumo nacional de diesel é historicamente mais alto no segundo semestre, com o aumento das atividades agrícola e industrial. Fora do Brasil, há ainda um conjunto de fatores que, diz a Petrobras, deve puxar os preços, como os efeitos da guerra entre Rússia e Ucrânia.

"Diante desse quadro, é fundamental que a prática de preços competitivos e em equilíbrio com o mercado global seja referência para o mercado brasileiro de combustíveis, visando à segurança energética nacional", afirma a companhia.

Desde o início do governo, Bolsonaro já demitiu três presidentes da Petrobras.

O atual ocupante do cargo, José Mauro Coelho, está demissionário, mas a sua substituição ainda aguarda a realização de nova assembleia de acionistas da empresa.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Com fixação de teto, ICMS pode cair à metade em alguns Estados

ADRIANA FERNANDES BRASÍLIA

A proposta de limitar a cobrança do ICMS em 17% para combustíveis, energia elétrica, telecomunicações e transporte pode significar uma redução à metade da alíquota do tributo em alguns Estados.

O Rio de Janeiro, por exemplo, cobra 34% sobre a gasolina.

Maranhão, Minas Gerais e Piauí seguem o Rio na lista dos Estados com tributação mais alta sobre a gasolina com alíquota de 31%. A maior parte dos governadores cobra em torno de 29% sobre a gasolina e terá de derrubar a alíquota caso o projeto seja aprovado no Senado. No etanol, o ICMS mais comum é de 25%, mas no Rio chega a 32% e em Tocantins a 29%.

No diesel, a mediana entre os Estados é de 17%, exatamente o limite que o projeto busca impor aos governadores. Nove Estados, porém, têm alíquotas do diesel acima desse teto e terão de se mexer: Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe.

A maior parte dos Estados também coincide com o teto no caso do gás de cozinha. Para a conta de luz residencial, a alíquota mais recorrente é de 25%. Em telecomunicações, 29%.

O levantamento das alíquotas foi feito pelo Estadão com base nos dados fornecidos pelas entidades que reúnem as empresas desses setores: Fecombustíveis (comércio de combustíveis), Conexis (telecomunicações) e Abradee (distribuidoras de energia). Pelo projeto, esses itens passam a ser considerados essenciais, e a redução das alíquotas terá de ser imediata. O texto já passou na Câmara com votos favoráveis de ampla maioria e integra um pacote de medidas do governo e de aliados do Centrão para reduzir os preços em ano de eleições.

"TRATOR" NA VOTAÇÃO. Governadores que estiveram ontem em Brasília para desidratar o impacto da desoneração saíram com o sentimento de que os parlamentares vão "passar o trator" e aprovar o projeto sem mudanças, segundo apurou a reportagem.

Enquanto governadores reclamam do projeto, os setores trabalham nos bastidores para não serem

retirados na hora da votação. "As elevadas alíquotas de ICMS para telecomunicações prejudicam uma expansão maior da conectividade no Brasil, prejudicando o desenvolvimento econômico e social igualitário em todas as regiões do País", diz Marcos Ferrari, presidente da Conexis, o sindicato das empresas das operadoras.

Para ele, seria um tiro no pé das camadas mais pobres tirar do texto as telecomunicações.

Para o estrategista-chefe da BGC Liquidez, Juliano Ferreira, a redução dos **tributos** para o combate à alta dos combustíveis está sendo feita de forma atabalhoada com riscos fiscais para o futuro. "Está sendo feito tudo de forma confusa para embarcar numa agenda eleitoreira com elevado custo final", diz. Para ele, faz mais sentido "não dar esse subsídio do que dar".

Secretário de Fazenda do Estado de São Paulo, Felipe Salto, é duro nas críticas ao projeto e cobra a compensação pela União por toda a desoneração "Diante do cenário, o importante é que as compensações ocorram, com abatimento de dívida, como propôs o governador Rodrigo Garcia", afirma. Segundo ele, São Paulo, sem compensação, perderia R\$ 15,4 bilhões. A proposta é de compensação com abatimento automático mensal no serviço da dívida. "É uma boa saída", diz.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

NAS ALTURAS

Alíquota do ICMS cobrada em cada Estado por produto e serviço

EM PORCENTAGEM

ESTADO	DIESEL	GASOLINA COMUM OU ADITIVADA	ETANOL	GÁS DE COZINHA	ENERGIA RESIDENCIAL*	TELECOMUNICAÇÕES
AC	17	25	25	17	25	25
AL	18	29	25	18	25	30
AM	18	25	25	18	25	30
AP	17	25	25	12	18	29
BA	18	28	20	12	27	28
CE	18	29	25	18	27	30
DF	14	27	27	12	25	28
ES	12	27	27	17	25	28
GO	16	30	25	12	29	25
MA	18,5	30,5	26	14	29	29
MG	15	31	16	18	30	29
MS	12	30	20	12	25	27
MT	16	23	25	12	27	29
PA	17	28	25	17	25	19
PB	18	29	23	18	27	30
PE	16	29	25	18	25	30
PI	18	31	22	18	25	30
PR	12	29	18	18	29	31
RJ	12	34	32	12	32	32
RN	18	29	23	18	27	30
RO	17	26	26	12	20	35
RR	17	25	25	17	17	25
RS	12	25	25	12	30	25
SC	12	25	25	17	25	25
SE	18	29	27	12	27	30
SP	13,3	25	13,3	13	25	25
TO	13,5	29	29	12	25	29
MEDIANA	17	29	25	17	25	29

*CONSIDERANDO AS MAIORES ALÍQUOTAS

FONTES: FECOMBUSTÍVEIS, ABRADÉE E CONEXIS / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

Pacote dos combustíveis custará R\$ 46,4 bi à União

**MANOEL VENTURA, FERNANDA TRISOTTO, CAMILA
ZARUR E GUSTAVO SCHMITT**

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Conta de luz pode cair 12% se houver teto para ICMS

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Tensão fiscal volta a derrubar ativos

Matheus Prado, Igor Sodré e Andre Mizutani De São Paulo

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187240

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187240

Tribunal analisa Selic para cobrança fiscal

Laura Ignacio De São Paulo

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187240

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187240

Fome afeta 33 milhões (Editorial)

Trinta e três milhões de brasileiros passam fome no país - um aumento de 14 milhões em relação ao contingente de 19 milhões estimado em 2020. O trágico retrocesso foi constatado pelo Segundo Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19, produzido pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede Penssan), divulgado ontem pela Oxfam, organização não governamental.

Os dados foram coletados entre novembro de 2021 e abril último, nos perímetros urbano e rural, em todas as cinco regiões do país.

De acordo com o estudo, na média nacional, três em cada 10 famílias, diariamente, enfrentam a incerteza quanto ao acesso a alimentos. O Nordeste ocupa a primeira posição, com 33% da população em situação de insegurança alimentar, seguido pelas regiões Norte, onde essa chaga afeta 28% das pessoas, e o Sudeste, com 16%. O drama tem menor impacto no Centro-Oeste (16%) e no Sul (12%).

Em 2014, o Brasil comemorou a sua exclusão do Mapa Mundial da Fome, produzido pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO). Mas a tendência de erradicação da miséria no país não durou muito. A crise econômica, considerada uma das mais profundas do país, entre 2015 e 2016, interrompeu o avanço.

Em 2017, as organizações da sociedade civil identificaram a necessidade de reorganizar o Natal sem Fome, inspiradas no legado do então sociólogo Herbert José de Sousa, o Betinho, ativista dos direitos humanos, que concebeu o projeto Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida.

O Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), criado em 1994, foi extinto em janeiro de 2019. O colegiado, com participação paritária entre representantes da sociedade civil e governo federal, orientava as políticas voltadas ao combate à fome e à miséria, em nível nacional.

Em seu lugar, ficou um vácuo.

Em consequência, não ocorreu nenhum planejamento para dar sequência ao enfrentamento da fome.

A crise sanitária provocada pela covid- 19 agravou drasticamente a situação, trazendo de volta as muitas

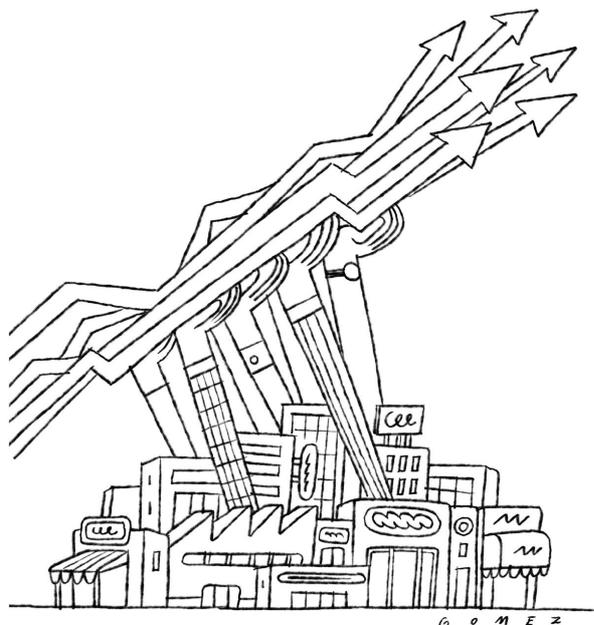
mazelas sociais e econômicas, resultantes da ausência de políticas públicas eficazes para erradicá-las. Com a redução das atividades produtivas, entre 2020 e 2021, o desemprego aumentou, a renda per capita e familiar foi reduzida, e a fome e a miséria explodiram, chegando ao índice recorde, identificado pela Rede Penssan.

As medidas compensatórias, como o Auxílio Emergencial, aliviaram a crise, mas sequer passaram próximas de uma solução duradoura, assim como o Auxílio Brasil, com duração prevista até dezembro próximo, está longe de garantir a superação dos danos dessa calamidade.

Para tornar pior o que era muito ruim, a **inflação** voltou a crescer e não consegue ser contida, apesar de todos os esforços do Banco Central. Resultado: o poder de compra das famílias está em queda vertiginosa, prejudicando, sobretudo, a aquisição de alimentos.

Vencer a batalha contra a fome e a miséria é um dos muitos desafios do atual e do próximo governo. A calamidade exige do Estado medidas urgentes contra o que pode ser considerado um descalabro. Em um país exaltado pela sua vocação de produzir alimentos, grande parte exportada para alimentar outros povos, revela-se inconcebível que quase um quarto da população se encontre em situação famélica.

As pequenas empresas como solução para o desenvolvimento do Brasil (Artigo)



» VALDIR OLIVEIRA Superintendente do Sebrae no DF
» LUIZ BARRETO Ex-presidente do Sebrae Nacional

Os pequenos negócios são responsáveis por mais de 50% dos empregos formais e por apenas 29% do PIB, representando 99% dos CNPJs existentes no Brasil. Não há o que falar em distribuição de renda sem o fomento a esses negócios. A volta da **inflação**, o crescimento dos juros e o alto desemprego tornam o nosso ambiente econômico prejudicial ao desenvolvimento dos pequenos negócios. Nenhuma solução de sobrevivência ou de melhoria na produtividade das pequenas empresas será possível sem que o ambiente econômico volte às condições anteriores de crescimento.

A pandemia aprofundou as desigualdades e a concentração de renda no nosso país.

A solução de crédito ofertada no período da pandemia, principalmente com o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), trouxe o endividamento para aqueles que conseguiram o crédito. A linha foi ofertada com proposta de subsídio, sendo oferecido a 3,25% ao ano. Mas quem esperava esse baixo custo está pagando 18,25% ao ano, um aumento de aproximadamente 500% em dois anos. Outro fator de inadimplência foi o descasamento da operação comercial com a linha de crédito. Sem acesso ao

auxílio emergencial, os pequenos negócios utilizaram o crédito para socorrer as necessidades de subsistência da família.

No mesmo período, as maiores economias capitalistas do mundo, como os Estados Unidos e a Alemanha, ofertaram para os proprietários de pequenos negócios um auxílio para que suportassem o período sem faturamento. Milhões de pequenos empreendedores brasileiros precisavam, naquela época, de um programa de renda mínima empresarial para o sustento das famílias. A realidade dos pequenos negócios no pós-pandemia é de muitas empresas fechadas e endividadas que impactam milhões de famílias no Brasil.

Com o avanço da vacinação e os sinais de controle da crise sanitária, temos a retomada da economia.

Mas precisamos recuperar o poder de compra do brasileiro e trabalhar com políticas compensatórias para fazer o dinheiro girar nas comunidades.

Só assim teremos o consumo de volta, com a consequente retomada dos negócios. É nesse momento que precisamos potencializar os pequenos negócios para que a retomada da economia seja feita com geração de emprego e distribuição de renda. O Simples Nacional, criado em 2006 pelo governo federal, foi um grande avanço para as micro e pequenas empresas, destacando o tratamento tributário diferenciado para os pequenos negócios. Mas isso não será suficiente para retomada da atividade desse segmento.

Precisamos de políticas públicas que possam avançar além da justiça fiscal, com o Estado sendo o indutor do fomento a esses negócios. Precisamos enxergar esses negócios nas suas diferenças para que a intervenção potencialize a reação econômica de cada tipo de negócio.

As políticas não podem ser as mesmas para aqueles que têm necessidades diferentes, seja na segmentação do que existe hoje, seja nas diferenças regionais e as especificidades de seu mercado. Precisamos enxergar esses geradores de emprego além da questão tributária. Uma microempresa do Norte do país não pode ter o mesmo tratamento de uma que opera no Sul e Sudeste brasileiros, onde o

mercado é diferente.

Os modelos de negócios têm necessidades diferentes e não podem ter políticas públicas iguais para startups e para microempreendedores individuais que têm negócios de subsistência.

Precisamos segmentar estratégias e políticas por comportamento, assim compreenderemos as suas diferenças e atuaremos focados em suas necessidades.

O desafio para o próximo ciclo governamental é ter políticas públicas focadas na liberdade de empreender, no acesso ampliado ao crédito e nas oportunidades de mercado. Esses são os pilares de um modelo de desenvolvimento que potencialize os pequenos negócios como eixo de desenvolvimento.

Precisamos reduzir a intervenção da burocracia estatal de licenciamento, para que o empreendedor possa implementar sua ideia na velocidade de sua criação. A solução de crédito precisa chegar àqueles que hoje têm barreiras para o acesso ao sistema financeiro e que precisam de soluções criativas para serem alcançados, seja com intermediários fora do sistema, seja por modelos internos a sua operação, como a relação entre atacado e varejo.

E, por fim, a ampliação do acesso ao mercado para esse segmento, com a indução de compras governamentais, campanhas publicitárias de apoio ao consumo junto aos pequenos ou com fomentos à criação de marketplace ou aplicativos comandados pelos próprios pequenos empreendedores, estimulando o associativismo. O fomento aos pequenos negócios deve ocorrer nos territórios; é lá que fortaleceremos o empreendedorismo com a inclusão produtiva daqueles que foram alijados pela força da crise e ajuste do mercado.

Se deixarmos os pequenos empreendedores com liberdade para tocar o seu negócio, com acesso a crédito e com oportunidade de comercialização, construiremos um Brasil mais justo, que gera emprego e distribuição de renda e contribui para o desenvolvimento do país.

Cúpula das Américas expõe relação distante entre Biden e América Latina



BEATRIZ BULLA

O logo da Cúpula das Américas virou uma piada nos corredores do evento em Los Angeles. Na imagem, triângulos formam o mapa da região, segundo um embaixador presente, o retrato do encontro: cada figura apontando para lados diferentes. Para analistas e diplomatas, a ausência de uma estratégia americana revela que a América Latina não é uma prioridade para os EUA.

"A América Latina é a parte do mundo que tem recebido menos atenção e não é priorizada", diz Ian Bremmer, fundador da consultoria Eurasia Group. A desorganização dos americanos é citada por representantes de governos como uma demonstração de pouco engajamento com a região.

AGENDA. A definição da agenda, diretrizes logísticas para circular no local e outros acertos considerados praxe no dia a dia desse tipo de evento foram articulados de última hora. Documentos de conteúdo dos assuntos tratados foram apresentados aos países pouco antes do encontro, segundo diplomatas. Na véspera da chegada de Joe Biden, ninguém sabia direito o que esperar.

Em seu discurso de abertura, o presidente americano disse que a democracia é um ingrediente essencial para as Américas e anunciou que os EUA trabalharão com os governos da região em iniciativas econômicas, climáticas e migratórias, sem dar detalhes. Biden pediu aos participantes que demonstrem "o poder das democracias", sem se referir diretamente à sua polêmica decisão de não convidar três países que não considera democráticos: Cuba, Venezuela e Nicarágua.

Ao excluir esses países, Biden provocou ausências

marcantes, como a do mexicano Andrés Manuel López Obrador. Não fossem as confirmações de última hora de Jair Bolsonaro (Brasil) e Alberto Fernández (Argentina), o encontro ficaria esvaziado.

A política externa americana está concentrada no Hemisfério Norte: a parceria europeia e com a Otan, a guerra na Ucrânia e a busca por uma estratégia na Ásia na disputa com a China.

Em casa, Biden enfrenta **inflação** alta, queda nos índices de aprovação e a possibilidade de perder a maioria no Congresso na eleição legislativa de novembro.

Os EUA sediam a reunião pela primeira vez desde o lançamento do fórum, em 1994. Na época, 34 líderes se reuniram em Miami. A exceção foi Cuba.

De um lado, os EUA buscavam expandir comércio e investimentos, sob a euforia do recémassinado Nafta. Do outro, uma onda de redemocratização e abertura comercial dava impulso a uma reunião que lançaria a ideia da criação da área de livrecomércio das Américas (Alca).

"Era um período em que a OEA adotava medidas para combater ameaças à democracia", disse Mark Feierstein, da consultoria Albright Stonebridge Group, ex-assessor da Casa Branca.

PARCERIA. Para a cúpula deste ano, Biden anunciou o que chamou de "Parceria das Américas para Prosperidade Econômica".

"Um novo acordo histórico para impulsionar nossa recuperação e o crescimento da economia regional", descreveu a Casa Branca. A proposta é parecida com a apresentada para a região Indo-Pacífico e não inclui uma expansão clara do fluxo de comércio e investimentos. A ideia é fortalecer cadeias de produção e incluir questões sociais e ambientais na pauta.

"Não há vontade política de ampliar o acesso ao mercado americano. Se Biden não puder prover isso, há pouco o que avançar em comércio, que é uma das duas prioridades para a região. A outra é imigração", disse Bremmer.

"Os americanos falam em construir infraestrutura resiliente, sustentabilidade, são todas coisas legais, mas é o tipo de coisa que você anuncia quando não tem uma agenda." GASTO INTELIGENTE. Questionado por jornalistas sobre o fato de os EUA não se comprometerem com investimentos na região, o conselheiro de Segurança Nacional, Jake Sullivan, defendeu a política do governo e disse que a Casa Branca pretende gastar dólares apenas para produzir "resultados tangíveis".

"Quando você soma tudo e observa o impacto prático que as ações dos EUA na cúpula terão, você verá que elas são mais impactantes na vida cotidiana e na subsistência dos povos da região do que os projetos extrativistas da China."

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Fome atinge 33 milhões no Brasil, mesmo número do início dos anos 90, diz pesquisa



TIAGO QUEIROZ / ESTADÃO

Pessoas reviram lixo no Mercado Municipal, na capital paulista

ROBERTA JANSEN RIO

A fome no Brasil voltou a patamares registrados pela última vez nos anos 1990, de acordo com o 2.º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia de Covid-19, lançado ontem.

Atualmente 33,1 milhões de pessoas não têm o que comer no País; são 14 milhões a mais do que no ano passado. A nova edição da pesquisa mostra ainda que mais da metade da população brasileira (58,7%) convive com algum grau de insegurança alimentar.

Especialistas que participaram do levantamento dizem que o desmonte de políticas públicas por parte do governo, o agravamento da crise econômica, o acirramento das desigualdades sociais e o segundo ano da pandemia contribuíram para a piora do quadro. No ano passado, o número de brasileiros que não tinham o que comer era de 19 milhões. Em 2018, eram 10 milhões. A falta de acesso regular à água para beber e cozinhar, a insegurança hídrica, também é um problema para 12% da população.

A pesquisa é realizada pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede Penssan), com execução em campo do Instituto Vox Populi, Ação da Cidadania, ActionAid Brasil, Oxfam, entre outras instituições.

"Já não fazem mais parte da realidade brasileira aquelas políticas públicas de combate à pobreza e à miséria que, entre 2004 e 2013 reduziram a fome a apenas 4,2% dos lares brasileiros (tirando o País do

mapa da fome mundial)", explica o coordenador da Rede Penssan, Renato Maluf. "As medidas tomadas pelo governo para contenção da fome hoje são isoladas e insuficientes, diante do cenário de alta **inflação**, sobretudo dos alimentos, do desemprego e da queda de renda da população, com maior intensidade nos segmentos mais vulneráveis." Como explica a gerente de programas da Oxfam-Brasil, Maitê Gauto, a pandemia surgiu no contexto de agravamento da pobreza, e o Estado não tinha mais estruturas para responder à altura. Não por acaso, 15,9 milhões de pessoas (8,2% da população) relataram "sensação de vergonha, tristeza ou constrangimento" por terem sido obrigadas a usar de meios "social e humanamente inaceitáveis para obtenção de alimentos".

Os dados foram coletados entre novembro de 2021 e abril de 2022, por meio de entrevistas em 12.745 domicílios, em áreas urbanas e rurais de 577 municípios distribuídos pelos 26 estados e o Distrito Federal.

A pesquisa adota a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (Ebia), a mesma usada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A pesquisa anterior, de 2020, mostrava que a fome no Brasil tinha voltado a patamares equivalentes aos de 2004.

Drama 15,9 milhões de pessoas relatam "vergonha" por usar meios "inaceitáveis" para obter alimentos

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

'Estadão' e FGV realizam 2º Seminário de Análise Conjuntural

VINICIUS NEDER RIO

O crescimento econômico de 1,0% no primeiro trimestre ratificou o aumento do otimismo em relação às perspectivas para a economia em 2022, observado nas últimas semanas, mas o cenário segue cheio de obstáculos, com destaque para a inflação, os juros em alta e o rendimento das famílias em queda. Economistas preveem uma freada no segundo semestre. O quadro será debatido hoje, às 10h, no 2.º Seminário de Análise Conjuntural, do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV/Ibre). O evento, transmitido pela internet, é organizado em parceria com o Estadão.

Os fatores que garantiram o crescimento mais forte no início do ano são atingidos em cheio pela inflação elevada e pela alta dos juros, lembra Silvia Matos, coordenadora do Boletim Macro Ibre e uma das palestrantes.

Além de Matos, participam do seminário os pesquisadores Armando Castelar e José Júlio Senna, ambos do FGV/Ibre. O debate será moderado por Adriana Fernandes, repórter especial e colunista do Estadão.

Informações e inscrições: <https://bit.ly/3O7GiyV>.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

LDO projeta cenário melhor, mas endividamento preocupa

Estevão Taiar De Brasília

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187240?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187240?page=1§ion=1

OCDE vê crescimento menor e alta da pobreza e da fome

Assis Moreira

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187240?page=18§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187240?page=18§ion=1